

A crise econômica, o financiamento da cultura e o papel do estado e das políticas públicas em contextos de crise

Isaura Botelho¹

RESUMO: O texto levanta questões que devem ser consideradas no debate sobre as possíveis conseqüências e os desafios que decorrem da crise econômica mundial sobre o universo da cultura no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas de cultura; políticas culturais; dimensões da cultura ; crise; estado; financiamento; Sistema Federal de Cultura; Sistema Nacional de Cultura.

The economical crisis, the culture financing and the state and public politics role in crisis contexts

ABSTRACT: The text raises questionings which must be considered when debating about the possible consequences and challenges that elapse from the world economical crisis on the Brazilian cultural universe.

KEYWORDS: culture public politics; cultural politics; culture dimensions; crisis; state; financing; Federal Culture System; National Culture System.

1. O papel do Estado e as políticas públicas

Esse texto nasce de uma proposta feita por José Márcio Barros de debatermos o novo cenário que afeta as economias do mundo e suas possíveis conseqüências no mundo da cultura. Daí esse título, por demais abrangente, que se pretende meramente indicativo do pano de fundo das considerações que se seguirão. Assim, proponho-me a refazer algumas considerações que, se parecem óbvias num primeiro momento, revelam-se pertinentes para não perdermos o fio do raciocínio.

Começemos então por algumas considerações sobre o papel dos poderes públicos. Além de garantir sua presença no financiamento direto das atividades artísticas e culturais, estes têm um importante papel na regulação do mercado e na correção das desigualdades econômicas e sociais, quer de estados da federação, quer de minorias étnicas e culturais.

¹ Doutora em Ação Cultural pela USP, Consultora na área de Políticas Públicas. E-mail: botelxoavier@uol.com.br.

Para se ter uma presença eficaz, em qualquer setor – e na cultura não é diferente – é necessário que se parta da realidade concreta e não de “achismos” ou do voluntarismo de dirigentes ou responsáveis pelos diversos setores que compõem o universo da cultura: é justamente para evitar esse tipo de abordagem que se requer uma política pública.

Ou seja, a resposta adequada às necessidades que o universo da cultura e das artes demandam depende da formulação de políticas públicas conseqüentes. Isso significa dizer que políticas conseqüentes não se confundem com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas ou conjunturais. Não se confundem também com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que não têm conseqüência exatamente por não serem pensadas de forma abrangente, envolvendo todos os elos da cadeia: criação, formação, difusão e consumo. Cada um desses elos, por sua vez, exige a formulação de políticas específicas. Além disso, uma política pública exige de seus gestores planejamento e capacidade de antecipar problemas para poder prever mecanismos para corrigir rumos ou solucioná-los. Para fechar o ciclo do planejamento deveríamos ter a previsão de mecanismos de avaliação, etapa menos cumprida e valorizada.

O Estado fomentador é, portanto, aquele que vê com clareza os problemas que afetam a área cultural em todos os elos da cadeia da criação - produção, difusão, consumo. Sabe se posicionar, dividir responsabilidades com potenciais parceiros governamentais em todas as instâncias administrativas e, finalmente, conclama a sociedade a assumir sua parte. Não cabe aqui a descrição de todas as responsabilidades decorrentes dos elos da produção cultural, mas é importante lembrar que a infraestrutura necessária para se manter a área é imensa e de caráter diverso e pouco visível.

Do ponto de vista das políticas públicas de cultura a crise atual será a oportunidade de verificarmos a coerência das que estão em marcha, em todos os níveis: federal, estadual e municipal. Isto porque a crise se anunciava desde o ano passado e, em princípio, deve ter exigido uma correção de rumos e uma revisão de estratégias.

Finalmente, uma política pública bem formulada prevê mecanismos e a diversificação de fontes de financiamento. As vantagens desta diversificação não se resumem apenas a uma maior garantia de recursos. Há um aspecto que geralmente é pouco lembrado e que é importante do ponto de vista da própria diversidade da produção cultural: trata-se da diversificação de gosto que alimenta a variedade de obras e bens criados.

Aqui se inserem, por exemplo, as leis de benefício fiscal e que não se restringem aos modelos que conhecemos no Brasil. É sempre bom lembrar o caráter público desses recursos: trata-se de um mecanismo que depende da vontade política do poder público que abre mão de parte de impostos que lhe são devidos e transfere, para a iniciativa privada, o direito de escolha dos projetos ou instituições onde investir estes recursos.

2. O financiamento

O financiamento é um dos mais poderosos mecanismos para se viabilizar uma política pública: ter os recursos materiais permite agir de maneira mais direta e “rápida” e com impactos relativamente previsíveis seja no enfrentamento de carências seja o estímulo a setores vistos como prioritários, por exemplo. No entanto, ele não é o único a impactar e a viabilizar o setor, pois não sobrepuja a ação política.

Creio que é neste setor que poderemos sentir de forma mais evidente os efeitos desse novo contexto de crise, principalmente no que se refere à utilização das leis de benefício fiscal. O maior risco aqui é depender de uma fonte única de financiamento e, conseqüentemente, a maior defesa é a diversificação de fontes, principalmente se levarmos em conta o lugar marginal da cultura. Isso aponta para o fato de que o financiamento está intrinsecamente ligado à política: os mecanismos adequados a cada área, cada caso, cada circunstância devem estar previstos no planejamento das políticas específicas segundo as metas a serem atingidas.

Independentemente do difícil quadro econômico que vivemos hoje, para se estabelecer um sistema efetivo de financiamento à cultura é imprescindível constituir parcerias, tanto entre áreas de governo, num plano horizontal, quanto entre as três instâncias administrativas, num plano vertical. Quanto mais se atenta para essa diversificação, mais se atrai novas fontes de financiamento, inclusive de origem privada. O que é importante ressaltar aqui é que essas negociações são políticas, implicam em negociação e em disseminar a percepção da importância que a cultura como elemento fundamental da identidade não só de cada indivíduo como da nação.

Nessa direção, temos duas propostas importantes do Ministério da Cultura: a construção do Sistema Federal de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura. O primeiro se refere à articulação com as diversas áreas de governo, com a participação de ministérios e demais instituições federais afins (o plano horizontal). Com relação à boa vontade dessas outras áreas não podemos deixar de mencionar o papel do capital

simbólico do ex-ministro Gilberto Gil nesta inédita abertura de portas. O segundo sistema se refere à organização de um arcabouço institucional para o desenvolvimento e operação do Sistema Nacional de Cultura, criando as condições de parceria e diálogo entre os níveis federal, estadual e municipal.

Parece-me que dar conseqüência a esses dois sistemas é uma das formas inteligentes e eficazes de enfrentar a crise, pois, desta forma se estará criando um ambiente institucionalizado que conspira a favor do desenvolvimento cultural. A organização e funcionamento efetivo dos dois Sistemas, que dependerão, em muito, do desempenho das instituições envolvidas, permitirão o estabelecimento de um duto de comunicação entre as diversas instituições que operam no país; estimularão o compartilhamento de conhecimentos sobre a realidade brasileira; poderão compartilhar recursos humanos e materiais; facilitarão intercâmbio de produções e experiências, identificando, valorizando e promovendo a diversidade cultural.

Essa não me parece ser apenas a melhor forma de se incentivar a produção cultural regionalizada e facilitar sua circulação nacional. Nas condições presentes, dar prioridade ao estabelecimento de estruturas como essas, que se constroem num processo participativo e negociado, significa exercitar-se na construção de um dos componentes fundamentais para o estabelecimento de boas políticas públicas em todos os níveis da administração.

Como afirmei anteriormente, o atual cenário de crise nos permitirá perceber se os caminhos trilhados até agora na implementação desses dois Sistemas foram, de fato, fruto de uma política pensada com a importância que merecem ou se eles foram apenas uma jogada de circunstância.

3. O tamanho do problema

Sabemos que o Ministério da Cultura reivindica uma conceituação de cultura em seu sentido antropológico. Cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira. Cultura como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos de nosso povo. Como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Como aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de cada comunidade e de toda a nação. Como eixo construtor de nossa identidade. Como espaço de realização da cidadania. Cultura como síntese do Brasil. Essas são, salvo pequenas incorreções devidas às traições da memória, palavras do ministro Gil.

Assumir esta concepção implica em considerar tanto a unidade quanto a multiplicidade cultural brasileira, em suas diversas regiões geográficas e camadas sociais. Implica também ter como universo o que vai da tradição à invenção, do cultivo da memória à aposta no novo. Significa também reconhecer que ela se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas.

Assim, a área responsável pela cultura não tem o poder de resolver os problemas que envolvem as necessidades básicas da vida das pessoas. Uma política exclusivamente voltada para a cultura dificilmente atingirá essa dimensão antropológica, extremamente dependente de uma distribuição mais justa de recursos sociais e econômicos.

Nesse caso, a área da cultura depende da intervenção de outros setores do aparato governamental que extrapolam os limites do Ministério da Cultura, por exemplo. Aqui, o esforço de construir um Sistema Federal de Cultura que funcione de fato, seria a resposta ideal no sentido de um desenvolvimento cultural pleno. Trata-se de um desafio bastante complicado, pois significa expandir a importância e relevância da cultura para setores resistentes, em princípio, à idéia de sua transversalidade. Esse raciocínio me parece ser válido para o Sistema Nacional de Cultura.

Complementarmente temos a cultura numa dimensão mais restrita e que se refere ao mundo das artes. Aqui tratamos da construção simbólica de significados, se utilizando das diversas linguagens artísticas e visando algum tipo de público. Estamos falando, por exemplo, da dança, da música, do teatro, das artes visuais, em seus diferentes registros. A resposta para essa demanda depende de um conjunto de fatores que propicie condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento dos talentos, da mesma forma que depende de canais que permitam sua expressão.

Ou seja, saímos daquela dimensão da cultura que diz respeito aos costumes e ao cotidiano de cada um para aquela que, para acontecer, depende da existência e do apoio de instituições, de sistemas organizados socialmente, que permitam a formação ou o aperfeiçoamento daqueles que pretendem entrar nesses circuitos específicos de produção, ou mesmo daqueles que vêem a arte como elemento formador de cada indivíduo; que criam espaços ou meios que possibilitam a sua apresentação das obras ao público; que desenvolvem programas e projetos de estímulo; que criam agências de financiamento; que criam leis de proteção e incentivo. Em outras palavras,

consideramos aqui um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e a fruição ou consumo de bens simbólicos, em particular, das artes.

Minha intenção, ao fazer este rápido panorama do que chamei de “o tamanho do problema”, foi apenas a de estabelecer os termos de um possível debate levantando aspectos que me parecem mais importantes. Em suma, creio que o estabelecimento dos dois Sistemas propostos pelo MinC, se bem sucedidos, darão robustez às diversas institucionalidades possíveis na área cultural. Se o Sistema Nacional de Cultura não tivesse sofrido solução de continuidade em 2006, causado por problemas internos ao Ministério da Cultura, este poderia estar mais estruturado hoje, permitindo um melhor enfrentamento desse momento difícil.

Acredito que, do ponto de vista das políticas públicas, a crise é um estímulo para que se dê atenção e prioridade a propostas estruturantes que poderão ter resultado efetivo no campo cultural, com a construção, ao longo do tempo, de um grande consórcio, flexível e criativo, envolvendo instituições e sociedade civil em prol do desenvolvimento cultural do País.